

Gente igual a gente: narrativas, estórias e resistências de uma mulher trans* no espaço escolar

People Like Us: Narratives, Stories, and Resistances of a Trans* Woman in the School Space

Bruno Henrique Machado Oliveira¹
Universidade Federal de Catalão – UFCAT
bh.machado@hotmail.com

Atilio Butturi Junior²
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
atilio.butturi@ufsc.br

RESUMO: Neste texto, analisamos as narrativas e resistências de Guerreira, uma jovem trans* e preta, no ambiente escolar. Para tanto, partimos de uma abordagem discursiva foucaultiana e neomaterialista para compreender como práticas discursivas e material-discursivas influenciam a vida de pessoas trans* em escolas específicas. Realizamos entrevistas via WhatsApp durante a pandemia de Covid-19, que serviram como base para nosso estudo qualitativo. Os resultados indicam que dispositivos de gênero e raça moldam a subjetividade e a resistência de Guerreira, revelando a complexidade das interações entre o ambiente escolar e as identidades dissidentes. Concluímos que é necessário reconfigurar práticas pedagógicas e institucionais para promover a inclusão e representatividade de pessoas trans*, sublinhando a urgência de redefinir projetos pedagógicos para celebrar subjetividades dissidentes e combater a exclusão.

Palavras-chave: Corpo trans*; Estórias; Narrativas; Espaço escolar.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the narratives and resistances of Guerreira, a young Black trans* woman, in the school environment. To this end, we utilized a Foucauldian and neomaterialist methodology to understand how discursive and material-discursive practices influence the lives of trans* individuals in specific schools. We conducted interviews via WhatsApp during the Covid-19 pandemic, which served as the basis for our qualitative study. The results indicate that gender and race dispositifs shape Guerreira's subjectivity and resistance, revealing the complexity of interactions between the school environment and dissident identities. We conclude that it is necessary to reconfigure pedagogical and institutional practices to promote the inclusion and representativeness of trans* people, emphasizing the urgency of redefining educational projects to celebrate dissident subjectivities and combat exclusion.

Keywords: Trans* body; Stories; Narratives; School space.

¹ Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão (PPGEL/UFCAT). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3258-4333>

² Doutor em Linguística pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2259>

Introdução

Há mais de dez anos, esperava julgamento, no Supremo Tribunal Federal, o Recurso Extraordinário 845.779/SC, cujo ponto central era o impedimento de pessoas trans utilizarem os banheiros públicos. Neste último dia 6 de junho de 2024, enquanto escrevíamos este texto, o Tribunal decidiu por ampla maioria não (8 votos), sequer colocaram em votação, por considerarem que não se tratava de uma questão constitucional (IOTTI, 2024).

Uma série de práticas discursivas parecem se relacionar nesta “não-decisão”. Como memória, poderíamos resgatar o caso que deu origem ao recurso, qual seja, o do impedimento de uma mulher trans de usar um banheiro de shopping, em Florianópolis. Na ordem do dispositivo, caberia trazer à tona as novas moralidades neoliberal-cristãs, cuja genealogia remonta ao menos à Constituinte e que, nos últimos anos, no Brasil, se avoluma na perseguição a minorias raciais e gendradas. No interior das políticas de resistência, uma série de cisões, como apontadas para o Bourcier (2020) ou Halberstam (2017), entre bons gays e maus gays, entre uma homossexualidade cis-branca e a produção de injúria, notadamente a corpos mais suleados, mais pretos e menos cis.

Essa rede, uma assemblagem que reúne políticas públicas, decisões da justiça, psiquiatrização e medicalização, racismo, divisão internacional do trabalho, colonização ambiental, plataformização da vida e outros fios, que aqui não cabe nominar, incide, como gostaria Foucault (2007, 2001), também nesta topologia que costumamos chamar de “escola”, como se se tratasse de um disposto passível de generalização. Digamos, então, que a assemblagem e suas práticas discursivas incidem sobre escolas específicas, em geografias específicas, em vulnerabilidades específicas e sobre certos corpos e certos sujeitos.

Não obstante essas séries, nestas escolas específicas também aparecem estórias. Estórias, grafadas com e, como gostaria Haraway (2016) e como tem insistido Camozzato (2024), naquilo que exigem e possibilitam de e para análises do discurso. Estórias como aquela dobra subjetiva de que falava Deleuze (2005) sobre os dispositivos, estórias como inscrições de si como defendeu Rago (2013), estórias ordinárias de efeitos profundos, na modalidade das que gostaria Foucault com as *lettres de cachet*.

Esse arranjo de estórias, essas séries históricas, parecem captadas por uma das falas de Guerreira³, de quem este artigo trata e por quem ele, de muitas maneiras, é coescrito.

³ As falas de Guerreira estão marcadas em *itálico*.

Hoje quando eu passo aqui pela rua de cima [na porta da escola que eu lembro que estudei] me dá vontade de entrar lá dentro pra ver se tem gente igual a mim lá dentro. Esses dias quando eu vi um menino, assim que lembrava eu saindo da escola, me deu vontade de parar ele e perguntar como era lá com ele. Mas a gente sabe que não pode ficar parando o outros na rua perguntando coisas, eles logo inventam que a gente está espalhando o mal.

Então, vejamos: nosso artigo se ocupa dessa topologia específica, uma escola na cidade de Goiás, no interior do Brasil. Porém, não queremos aqui discutir esse dispositivo escolar apenas, mas dar a ver a produção de estórias de uma pessoa trans* e aquilo que ela tece diante de tantas constrações na relação que estabelece com a escola. Por trans*, estamos tomando a definição de Halberstam (2017) que, com o uso do sinal diacrítico, o asterisco, coloca em suspeição qualquer estratégia de binariedade em termos de masculino e feminino e pensa o gênero como um espectro, evitando, assim, os efeitos de anormalização das classificações. Tendo o esforço de multiplicidade de trans* em vista, nosso objetivo é analisar as narrativas dessa jovem trans* e preta, aqui chamada de Guerreira, como estórias em que se emaranham dispositivos complexos, de discurso e não-discurso, de encontros entre humanos, não-humanos e de produção de efeitos, para as pessoas trans, para escolas específicas e para o “aparelho escolar” (Althusser, 2022 [1969]) e para a produção de resistência na atualidade em que nos debatemos.

Como no excerto, o que está em questão é a produção de memórias, mas também os processos material-discursivos que inventam modos possíveis de ser sujeita, estratégias de exclusão, táticas de normalização, de violência, de silenciamento. O “hoje” de Guerreira, essa topologia em que nos encontramos, é o lugar em que ela contempla os fios – muito materiais – nos quais viveu sua história, um emaranhado em que foi anormalizada, expulsa, tornada perigosa.

Diante dessas relações, especifiquemos, pois, nossa topologia: a escola no qual essa pessoa trans* estudou é localizada numa cidade com uma grande efervescência de tradições cultural e histórica. Ao pensarmos na cidade de Goiás, devemos também pensar em uma cidade reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, tombada em 2001 pela UNESCO. A cidade, tombada como cidade histórica, preserva em seu centro histórico mais de 90% da arquitetura barroco-colonial advinda do processo de subordinação do Brasil em fase da cultura Portuguesa. Entre suas linhas de materialização, a cidade se constitui segundo um discurso de tradição de fé católica e cristã. Entre suas práticas, há práticas de movimentos como o Fogaréu, e as suas muitas procissões ressaltam a pertinência dos valores cristãos, notadamente neopentecostais, para a grande massa da população. Não podemos deixar de fora a formação

do estado de Goiás, um espaço dominado pelo agronegócio e as grandes famílias que detêm o poder territorial e financeiro do estado. Essas linhas e tensões específicas serão também vértices da produção material-discursiva de Guerreira.

Para pensar essa intra-ação (Barad, 2017), este artigo parte, teórico-metodologicamente: i) de uma análise do discurso foucaultiana, mas marcando a relação material-discursiva incontornável que ela exige, na modalidade neomaterialista (Butturi Junior; Camozzato, 2022) – considerando acontecimentos discursivos e não-discursivos de modo intrincado e localizado; ii) do diálogo com a problematização trans* de Halberstam (2017) e Bourcier (2020); iii) seguindo os apontamentos sobre a racialização e o racismo com Gonzalez (2020), Carneiro (2023) e Oliveira (2020). Essa inscrição teórica é o que respaldará nossas análises da entrevista que Guerreira nos concedeu, em julho de 2021, durante a pandemia da Covid-19, via WhatsApp.

Em sua organização, na primeira seção o texto faz um breve apanhado sobre nosso marco teórico. Depois, volta-se para os dispositivos e séries em jogo no Brasil atual em sua relação com a produção de exceções racial-gendradas, tendo em vista sobretudo aquelas voltadas a pessoas trans*. Finalmente, vamos à Guerreira, sua entrevista, seu corpo e as invenções de si de Guerreira.

Guerreira *is burning*

Nesta seção, gostaríamos de, brevemente, descrever nossa proposta analítica calcada em relações material-discursivas (Butturi Junior; Camozzato, 2022), que exige uma tomada relacional (no nível da natureza-cultura enunciada por Haraway (2008) via dispositivos foucaultianos (Lemke, 2022). Para isso, partimos de um problema relacionado à linguagem e sua relação com o mundo, com as corporalidades e em práticas localizadas.

Então, vejamos: em *Problemas de Gênero*, o célebre livro de Judith Butler (2017), vem à tona a performatividade de gênero, conceito que teve impacto nos estudos acadêmicos, na militância organizada e até mesmo na produção de práticas da nova direita – a invenção da “ideologia de gênero” (Birolli; Vaggione; Machado, 2020). Para Butler, o gênero é performativo porque diz respeito a práticas socialmente marcadas, a uma ficção repetida, a injunções que produzem a incomensurabilidade entre o masculino e o feminino com vistas à normalização. Como se sabe, a autora partiu da leitura de Derrida sobre os performativos de Austin. Essa leitura, por um lado, privilegia as regras de sucesso performativas como práticas

de normalização gendradas e, por outro, destaca como o gênero é iteração e citação, o que permite abrir brechas relativas às resistências.

Como também é sabido, o texto de Butler recebeu diversas críticas, seja por uma ontologia da subversão centrada nas práticas do ball e de drag, seja pela discussão racial restrita, seja pela centralidade que dá à linguagem. Mais tarde, a autora escreveu uma série de outros textos para refutar e ampliar sua discussão, um dos quais nos interessa aqui: *Corpos que importam* (Butler, 2019). Todavia, antes de passar novamente a Butler, chamamos para a conversa Prossner (2006), cuja importância está em pensar justamente a relação entre subversão, raça e corpo-linguagem.

O autor recorre a Vênus Xtravaganza, mulher trans* latina, prostitua, que morre assassinada. O que interessa a Prossner (2006) é pensar os limites do performativo, que estão sempre funcionando em práticas sociais, mas, sobretudo, dizem respeito a inscrições corporais, materiais. Dito de outro modo, o assassinato de Vênus apontaria, para Prossner, (2006) para a implicação entre corpo (e raça, e gênero) e linguagem. Não se trata apenas de um performativo e de seus efeitos, mas de corporalidades e seus efeitos junto a atos performativos – no mínimo.

Essa problematização nos é cara ao tomarmos o dispositivo e o problema neomaterial como pontos de partida. Se, assim, para Foucault, o dispositivo é um conjunto heterogêneo, discursivo e não-discursivo, os efeitos produzidos, segundo estratégias específicas para e pelas quais é produzido, são sempre de ordem material e discursiva, a uma só tempo. Esse caráter material-discursivo, como aponta Lemke (2023), é o que colocaria a arqueogenealogia próxima dos questionamentos do chamado neomaterialismo. Para Foucault, então, a governamentalidade poderia ser lida sobre o governo das pessoas e também das coisas. Esse deslocamento exige não apenas uma suspeição em relação ao “exclusivismo linguístico” (Barad, 2017; Pennycook, 2024), mas faz notar que a agência, como capacidade de produzir efeitos, é sempre distribuída entre agentes humanos e não-humanos, e não é uma característica apenas do que pensamos como “sujeitos”.

Pensamos aqui, pois, em termos de intra-ação (Barad, 2017): a tomada de recortes de mundo em que, na forma de um emaranhado, fluxos de poder e resistência, de linguagem e de práticas, de humanos e não-humanos, estão em relação contingente. No nosso caso, interessamos um recorte dessa intra-ação, qual seja: quais são as forças e as estratégias de dispositivos escolares, gendrados e raciais na produção de Guerreira. Estamos, pois, colocando-nos diante de topologias menores, menos abstratas, cuja marca é pensar o acontecimento em sua relação com a linguagem, antes de inscrevê-lo de antemão. Dito de outro-modo, no campo de uma análise material-discursiva.

Esse caráter material-discursivo, ainda pensando no problema de trans* em Butler, tem uma conformação teórica mais profícua no *Corpos que Importam*. Butler (2019) vai reivindicar, ao mesmo tempo, uma inscrição material e uma inscrição discursiva, não excludentes, concomitantes e contingentes para pensar o problema da “construção” e da “produção”.

Gostaria de propor, no lugar dessas concepções de construção, um retorno à noção de matéria não como local ou superfície, mas como um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria. Que a matéria sempre esteja materializada é algo que, penso eu, deve ser analisado em relação aos efeitos produtivos e, de fato, materializantes do poder regulatório no sentido foucaultiano. Crucialmente, portanto, a construção não é nem um ato único, nem um processo causal iniciado por uma pessoa e que culmina em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas toma lugar no tempo, mas é em si um processo temporal que opera pela reiteração de normas; no decurso dessa reiteração, o sexo é produzido e ao mesmo tempo desestabilizado [...] (Butler, 2017, p. 29).

Ela ainda advoga que os limites do discurso se dão justamente em seu encontro com a matéria. Muito embora haja, conforme Barad (2017), algumas implicações linguísticas fundamentais nessa reformulação, aqui adotaremos esse processo material-discursivo como ponto de estofa para inteligir o emaranhado no qual Guerreira existe, no qual ela sofre processos de violência e em que resiste.

Dispositivos, narrativas e exceção

Nesta seção, apresentamos brevemente nossas inscrições teórico-metodológicas, na intersecção entre o conceito material-discursivo de dispositivo, as narrativas (e as estórias) e a produção de exceção racial-gendrada naquilo que ela produz de efeitos para pessoas trans*. Quanto ao dispositivo, tendo em vista a descrição foucaultiana de um conjunto heterogêneo com função estratégica em determinado jogo, entendemos que é possível descrever tanto um dispositivo escolar quanto um dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023) em suas séries material-discursivas centrais – tarefa desta seção.

Quando pensamos no espaço escolar numa leitura de dispositivo, podemos colocar em pauta, inicialmente, um recorte topológico: no nosso caso, estamos no interior de um dispositivo de normalização pela cultura escrita, marcada por distribuição desigual das vulnerabilidades e por diferentes temporalidades. Como as arquiteturas modernas suscitadas pela sexualidade falante, a escola foi desenhada material-discursivamente segundo a ordem da normalização

(Foucault, 2001). Material-discursivamente, o dispositivo escolar se revela um espaço-chave em que se dão intra-ações, nos termos de Karen Barad (2017) – entre o político, o subjetivo, os poderes e as resistências. Como mostra Foucault, na produção do dispositivo da sexualidade, a invenção de turmas e seriações era um problema não apenas de disciplina, mas de regulamentação biopolítica.

Para citar exemplos mais modernos, a divisão por sexo nas aulas de Educação Física – e os esportes atribuídos a meninos ou meninas; as filas de meninos e de meninas na Educação Infantil; as distinções sexistas de vestuário – meninos não podem usar brincos nem cabelo comprido; a forma dos professores tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou com delicadeza; a tolerância da violência, verbal e até mesmo física, entre meninos; a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das adolescentes (Bortolini et al., 2014, p. 13-14).

Eis que uma injunção da sexualidade binária pode ser lida como um dispositivo de gênero. A escola funciona, como apontava Foucault acerca da prisão, não por seus êxitos, mas por uma espécie de célula de reprodução da normalização, um panopticon incisivo de vigilância e autovigilância, cumprindo funções estratégicas na produção do *homo economicus* (Foucault, 2008). A relação de normalização e de segurança passa pela população e, ao menos desde a modernidade, perpetua padrões de sexualidade e gênero ao valorizar um tipo de corpo e subjetividade enquanto marginaliza outros (Foucault, 1988). Esta padronização se manifesta nas práticas de ensino, com o "olhar" educacional servindo como um meio de avaliar, comparar e, frequentemente, discriminar corpos que não se conformam à norma (Foucault, 2001).

Então, vejamos. Primeiro, notemos o papel da escola como um espaço de formação e modelagem de subjetividades implica que as normas e valores transmitidos neste ambiente têm um impacto profundo na construção das identidades individuais. Isso levanta questões sobre a natureza das ideologias que são reforçadas e como elas influenciam as percepções e as experiências dos estudantes relativas a gênero e sexualidade. Segundo a inserção de uma perspectiva foucaultiana na análise da governamentalidade neoliberal-cristã contemporânea sugere que o dispositivo escolar funciona dentro de um regime de poder que vai além da disciplina e do controle, para moldar os discursos de uma maneira que legitima certas formas de saber e ser, enquanto marginaliza ou exclui outras. Isso implica uma relação intrincada entre poder, saber e subjetividade, onde a escola se torna um campo de batalha ideológico. Terceiro, a ênfase em gênero e sexualidade destaca como as normas sociais e morais específicas são reforçadas através de práticas educacionais. Isso inclui não apenas o currículo explícito, mas também as normas ocultas, as expectativas comportamentais e as interações sociais dentro do

ambiente escolar. A maneira como essas dimensões são orquestradas dentro do dispositivo escolar pode contribuir para a perpetuação de desigualdades e para a estigmatização de identidades não-conformes.

Como Foucault já destacava em suas obras, particularmente ao examinar a genealogia da ética, a escola ultrapassa sua função básica como cenário de ensino e aprendizagem desenvolvida de forma hierárquica. Ela se desdobra como um ambiente repleto de tensões e estratégias de saber-poder, um local onde verdades são construídas e práticas governamentais ganham força ao serem validadas por um coletivo de sujeitos. Tais dinâmicas afetam profundamente a aceitação ou rejeição de diferentes identidades em seu meio. Ao integrar o conceito de governamentalidade de Foucault (1988) ao contexto escolar, mergulhamos na formação do conhecimento e na implementação de técnicas de poder dentro de uma sociedade específica. Assim, a governamentalidade escolar vai além das simples expectativas estatais e demandas educacionais; ela também abarca as formas e mecanismos de autorregulação que nos orientam a gerir individualmente e coletivamente, visando cumprir um conjunto de normas sociais impostas socialmente.

Não obstante, nos últimos anos, uma série de políticas públicas tenham sido criadas, mais recentemente assistimos a uma espécie de inflacionamento das práticas de produção de inimizades, nos termos de Mbembe (2020), no espaço escolar. Se chamamos a atenção para o dispositivo escolar para a terminalidade (Bourdieu, 2001), a relação entre raça e gênero precisa mais uma vez ser tomada em conta, porque a série de vulnerabilidades das pessoas não-brancas ou gênero-dissidentes produz efeitos de violência que acarretam, muitas vezes, no abandono escolar.

No Brasil, a reboque do que acontece em outras partes do mundo, uma governamentalidade neoliberal-cristã (Butturi Junior; Camozzato; Silva, 2022), calcada no neoliberalismo econômico e na assunção de uma moral neoconservadora (Cowan, 2014; Brown, 2019) cristã tem produzido uma série de ataques aos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e uma “desdemocratização”. Como apontam Birolli, Vaggione e Machado (2020), o problema do gênero tem uma genealogia que remonta ao final início da década de oitenta e no Brasil se constitui, de forma organizada, desde a Constituinte. Nos últimos dez anos, temas tão distintos quanto a criminalização da vida soropositiva, passando por vários PL que pretendem acabar com os direitos reprodutivos mínimos (Bechler, 2020) até uma série de projetos como o Escola Sem Partido ou aqueles que colocam em xeque o que chama de “ideologia de gênero” descrevem a trajetória de inflacionamento de práticas de exceção relacionadas ao gênero.

Até mesmo as línguas minoritárias estão sob ataque: no site da *Diadorim*, agência de jornalismo que pauta os direitos da comunidade LGBTQI+ no Brasil, um texto chama a atenção. Publicado em 22 de outubro de 2021, seu primeiro parágrafo é incisivo: “Em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal, o uso de gênero neutro na língua portuguesa é tema de projetos de leis [...]. Ao todo, 34 propostas tramitam em Assembleias Legislativas do país.” (Figueiredo; Malvezzi, 2021, p. 20). Além desses PLs nos estados, sobejam aqueles municipais e ainda os que tramitam na Câmara dos Deputados – não obstante a guerra judicial que instauram (Oliveira, 2022; Butturi Junior; Camozzato; Silva, 2022).

Mais recentemente, os banheiros “multigênero” tem estado na pauta da chamada bancada evangélica e na produção de pânicos morais (Cowan; 2014; Birolli.; Vaggione; Machado, 2020) relativo ao gênero, especificamente voltado às pessoas trans* (Assis, 2021). Halberstam (2017, p.169, tradução nossa), fazendo notar o caráter de inscrição do poder dos dispositivos, apontava para “[...] a importância do paradigma arquitetônico não passa despercebida a qualquer pessoa que tenha visitado um banheiro público recentemente”.

Essas séries de práticas material-discursivas, como se pode notar, tem foco justamente na escola e no centro dos discursos sobre a “inocência” das crianças frente ao avanço da promiscuidade, da anormalidade, da anti-natureza, materializada, nas práticas neoconservadoras, pela gênero-dissidência. Menim (2023) descreve os efeitos na produção de subjetividades na escola, relacionada com as séries de práticas digitais e como a inflação de discursos morais se tornou um espaço de medo e angústia, como no período das eleições de 2018:

Era um clima pesado, de angústias, de ambos os espectros ideológicos dos(as)14 docentes. Para mim, foi um momento de autocensura, sempre trabalhei com gênero e sexualidades dissidentes como uma categoria analítica para fazer entender e compreender o passado e presente e o quanto de passado o presente possui, nos seus estratos do tempo, mas esse ano não foi possível dar continuidade. Além da direção das escolas em que trabalhava e da parte de alguns(mas) colegas, acredito que a maior pressão para não falar sobre esse assunto foi produzida, consciente ou inconscientemente, pelos(as) estudantes, meninos em sua maioria. Camisetas pró-Bolsonaro durante as aulas, nos intervalos de uma aula e outra entrevista, o número 17 na lousa do candidato de extrema-direita, apagava ou fingia não ter visto. Por vezes era recebido com frases em quase sussurros “chegou o mimimi”, “chegou o ideólogo”. Por outro lado, se para uns eu era doutrinador, para outros eu era desafiado a falar sobre temas considerados “polêmicos”, como sexualidade “ideologia de gênero”, homossexualidade, “marxismo cultural”, feminismos, entre outros temas, que nesse ano de eleição pululavam tanto online quanto no offline. Os(as) estudantes não estavam fora das discussões que ocorriam nas redes (Menim, 2023, p. 29).

O autor aponta para a fragilidade de seu corpo naquela topologia e em seus vértices: como homossexual efeminado, ele era tanto um corpo a ser questionado, como um personagem que estava no centro dos pânico morais do bolsonarismo, que insistia em relacionas, on e off line, a homossexualidade ao perigo para as crianças. Ora, no caso de Guerreira, é justamente uma hierarquia das perversidades, nos moldes de Gayle Rubin (2003) que está em jogo na escola. Halberstam (2017) e Bourcier (2020) vão marcar esse espaço de invenção e de dissidência de trans* - daí o isso do asterisco. Inicialmente, Halberstam descreve trans como; para os dois autores, o que está em jogo nas formas atuais de exceção, é também uma espécie de vinculação entre uma não-heteronormatividade cis, branca e normalizada, por um lado, e a produção de abjeção para pessoas trans*, mais pretas e mais economicamente vulneráveis.

No caso do dispositivo da escola, ainda, Cesar, Santos e Silva (2019), em sua pesquisa sobre as professoras trans, marcam tanto um espaço de invenção quanto aquele que poderíamos aproximar dos “microrracismos” de Mbembe (2020): violências diárias perpetradas no nível do risível. Laysa Carolina, uma das professoras trans* entrevistadas, dirá o seguinte: Eles fazem você saber que a escola não é um lugar para você. Ninguém te diz, porque você é concursada e tal. mas não te convidam para o chá de bebê [...] Te deixam de fora do churrasco de final de ano... É cruel... E sutil... É hipócrita... É nojento... (Laysa Carolina apud Cesar; Santos; Silva, 2019, p. 588).

Pensemos, ainda, no caráter interseccional (Creenshaw, 2002) demandado por Guerreira: transexual autodeclarada, negra, periférica, no interior de Goiás, aos quarenta anos, ela traz consigo as marcas do dispositivo racial brasileiro, conforme pensando por Carneiro (2023), como marca de divisão ontológica entre quem merece e não merece viver. Como Carneiro (2023) e Gonzalez (2020), estão em jogo neste funcionamento várias séries: a do gênero e da dominação das mulheres, a do acesso à educação, à da injunção ao trabalho, a do corpo voltado para a sexualidade, porque excessivo.

Guerreira, na intra-ação com esses dispositivos, inscreve-se naquilo que Oliveira (2020) elabora sobre as pessoas bichas, travestis e trans pretas. Desde o ponto de vista colonial que compartilha com Carneiro e Gonzalez, a perspectiva de uma vivência travesti-transgênera descreve os modos pelos quais, na produção midiática, essas vidas são tomadas como problema tecnobioopolítico, como são racializadas até o limite da morte. Megg Raynara de Oliveira – a Oliveira (2020) –, assim como Guerreira, é uma mulher trans preta, criado no interior. É também a primeira transsexual a receber o título de doutora no Brasil. Não obstante esse recorte de diferença, o dispositivo escolar, para ela, teve um funcionamento a que era preciso resistir – como veremos com Guerreira, na seção seguinte:

No primeiro dia de aula do primeiro ano, a minha irmã mais velha disse pra eu me sentar na primeira carteira, porque lá ficavam as pessoas mais dedicadas. Eu entendi que aquilo era uma regra aplicada a todo mundo e me sentei, só que a professora me tirou de lá e me colocou na última carteira da última fila (Oliveira apud Stanga, 2021, p. 15).

Oliveira, porém, viabilizou uma vida na escola e, atualmente, na Universidade Federal do Paraná, onde é professora e pesquisadora. Suas estórias, porém, permanecem diariamente forjadas na resistência à cisnorma. Como possibilidade de invenção e de práticas de resistência nesses dispositivos, que podem ganhar várias possibilidades material-discursivas, de diferentes matizes e com diferentes efeitos, é que pensaremos com Guerreira e suas estórias.

“Sempre com indiferença”: os não-lugares e as estórias de uma pessoa trans* na escola

A narrativa, por sua intrínseca habilidade de formar percepções, desempenha um papel crucial em nossa interpretação e relação com o mundo. Nossos estudos, influenciados por Zumthor (2006), nos levaram a compreender que palavras, seja oralmente ou por escrito, estabelecem conexões com a história e com as memórias que evocam ressonância em nós. Este poder narrativo é ainda mais significativo quando abordamos as nuances de gênero e sexualidade em nossa cultura e nas relações entre a voz, o discurso e as tecnologias de gênero, como recentemente mostrou Camozzato (2022).

Na produção das práticas escolares, narrativas de grupos frequentemente à margem, como mulheres trans*, são essenciais para iluminar os desafios e vitórias desse grupo. Tais histórias, fundamentadas na interseção de poder e conhecimento sobre sexualidade e transexualidade (Butler, 2017; Bento, 2006), elucidam os discursos de verdade e os regimes de visibilidade no contexto educacional (Foucault, 1988, 2007).

Em meio a essa jornada, convidamos para participar "Guerreira", uma mulher autodenominada transexual negra de Goiás, que se autodenomina assim devido à sua resiliente trajetória. Em todos nossos encontros, ela se afirmava como uma guerreira, o que ressalta a força e resistência de sua identidade. Guerreira trabalha como profissional do sexo e nossa conexão nasceu através do sistema social da cidade onde resido. Respeitando seus desejos, optamos por realizar as entrevistas via WhatsApp, reconhecendo a necessidade de proporcionar um ambiente seguro e respeitoso para que ela pudesse compartilhar sua história. Ademais, cabe salientar que a primazia da narrativa neste estudo é intensificada pela assunção do que Camozzato (2024, no prelo) chama de contar estórias:

É uma estratégia radicalmente relacional que dirá de quais mundos produzem estórias e quais estórias produzem mundos, como nos falou Haraway (2016). Trata-se, em outras palavras, de uma narratividade implicada com os fazeres analíticos, e de fazeres analíticos empenhados em cultivar habilidades responsivas e ficar com o problema. As estórias, como visto, também orientam-se à fabulação de vidas mais vivíveis diante das desiguais precarizações, explicitando, nos dispositivos e agenciamentos, as invenções e as práticas de si da ordem do híbrido, do composto e da agência distribuída.

Como estratégia relacional, interespecie, sudaca e intra-ativa, nossa proposta de encontro com Guerreira diz respeito tanto a nossos corpos de homens gays cis, até nossas pesquisas e nosso ativismo sobre o tema, passa pela escuta de Guerreira, por seu corpo e os processos de abjeção em que se constitui, por sua voz, pelos dispositivos pelos quais nos comunicamos, pela moralidade neoliberal-cristã e seus ataques à gênero-dissidência, pelos lugares diferentes em que moramos, pelas relações desiguais em que nos constituímos, pelos afetos que guardamos entre nós.

É a esse lugar heterotopológico que parecemos nos remeter. Se, pois, o corpo é uma topia não-contornável, ele é também uma topologia política de produção de exceção. Assim como a topologia da escola, em sua injunção de normalização, nossa conversa com Guerreira, porém, vai fazer aparecer aquilo que se dobra, aquilo que resiste à inscrição: a rasura, o *devir minoritário*, a disjunção (Deleuze; Guattari, 1995 [1980]). Todavia, não da ordem de uma ontologia das subversões: como invenções material-discursivas na intra-ação com os dispositivos onde ela se constitui.

Vamos a este encontro: Guerreira é uma mulher transexual, negra e periférica de quase 40 anos. Como ela narra na entrevista, sempre teve o desejo de aprender e conviver com outras pessoas. Ao refletir sobre o ato de aprender e lembrar seu período escolar, Guerreira recorda como teve que abandonar a escola:

Tive que parar meus estudos porque eu tinha um sobrinho ainda bem pequeno. Meu irmão e sua esposa trabalhavam naquela época. Eu morava com minha mãe e não tive como concluir meus estudos; eles precisavam de mim. Meu sobrinho era muito novinho e meu irmão não tinha condição de pagar uma babá para ele. Eu tive que assumir o papel de babá e parei no primeiro ano do ensino médio para cuidar dele.

Os recortes raciais-gendrados deste corpo mais feminino, interiorano e preto dizem respeito a uma injunção para o trabalho que faz vértice com a vivências trans* que Guerreira passa a experimentar e que são notadas, como uma questão, na escola:

Os professores nos tratavam sempre com indiferença. Parecia que não acreditavam na existência de psicólogos. Eles nos tratavam como objetos e sempre nos culpavam por tudo. Se a gente se expressasse artisticamente, por exemplo, eu gostava de desenhar no corpo, fazer pequenas flores. Eles nos repreendiam com rispidez, principalmente a mim, que era sempre culpada por tudo. 'Isso não é para você, você é um homem. Entendeu? Um homem.' ... Não sou homem!'

É interessante notar como os vértices entre a vulnerabilidade econômica e o gênero – e, acreditamos, a raça – entram nesse jogo: os professores são indiferentes a todos “nos tratavam”, ainda que a Guerreira dispense a atenção normalizadora, o olhar meticuloso na produção do masculino. Ora, essa distribuição do cuidado implica Guerreira: cuidado do olho do professor, seu cuidado com a criança em sua casa e a necessidade de ser subserviente a “impediram de estudar”. Guerreira é incluída nesses dispositivos justamente por sua exclusão: como feminina, teve que se dedicar ao “cuidado do sobrinho”, mesmo que não fosse sua mãe; como feminina, foi alvo do cuidado da escola, que a incluía na exceção na medida em que produzia seu afastamento. Guerreira experimenta as forças de vários vértices: o cuidado, não consigo mesma, mas o cuidado que sustenta a ordem social (cuidado feminino), sempre foi, historicamente, uma responsabilidade feminina. Ao assumir um corpo feminino, Guerreira, assim como outras mulheres, teve que abdicar dos estudos, “interromper o aprendizado” e incorporar a identidade à qual se associava.

Ao entender a interrupção do processo escolar, compreendemos que não podemos descrever a sexualidade de Guerreira como marginalizada, “como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade”, mas como a injunção e a invenção de um processo material-discursivo de tornar-se um corpo, de tornar-se sujeita, buscando o direito de se apresentar como feminino e assumir “um poder que, por sua vez, muitas vezes se esgota na tentativa de subjugar e frequentemente falha em dominá-lo completamente” (Foucault, 2007, p. 98).

É justamente a escola que, na estória de Guerreira, marcará os diversos nós. Sobre o processo de sujeição no ambiente escolar, Guerreira nos faz refletir sobre sua imagem social (Oliveira, 2020) lida conforme a cisnorma:

Na escola, foi um momento para mostrar ao mundo que eu sou transexual. Na escola, pude perceber as diferenças em relação a pessoas como eu. Fui criticada e humilhada verbalmente, porque para nós [comunidade LGBTQIA+] não é fácil. Imagine para uma transexual na escola, é muito difícil...

O corpo que provoca surpresa, que não é aceito, é um dos mecanismos de organização da norma social (Foucault, 2001). A imagem de surpresa que rotula o outro como anormal se

sustenta como “um caso, sempre previsto pela norma. Mesmo que o anormal se oponha ao normal, ambos estão na norma. É também isso que a torna um operador tão central para o governo dos outros; ninguém escapa dela” (Veiga-Neto, 2001, p. 29). Na organização social, precisamos do processo de abjeção para controlar o status quo da sociedade. No processo racializador, torna-se inimigo, vida que não merece ser vivida, inimigo (Mbembe, 2020). O “outro” passa a representar o que não é considerado normal, mas em Guerreira trata-se de uma intersecção entre muitas formas de alteridade. O ambiente escolar, diz quem Guerreira é, inviabiliza sua existência (Butler, 2023), rejeita ao demonstrar através de olhares críticos o que é ou não é “coisa de homem ou mulher”.

Posteriormente ao momento de exclusão e da despatologização advinda da experiência social (Bento, 2006), assim como das “intenções de [se] mostrar como humano”, o corpo transexual passa a ser observado com mais atenção, através dos exames de olhares (Foucault, 2007). Na experiência, porém, como numa abertura heterotopológica, o estranho começa a ser visto como normal e as verdades da norma são postas em xeque:

Os meninos, assim, eram realmente bem preconceituosos, mas no final, meu amor, todos viam alguma semelhança comigo, algo que reconheciam. Não posso explicar exatamente como gostaria, mas é assim... todos percebiam que a diferença não era tão diferente”. (risos)

No que eles se reconheciam? Aqui, a aposta é de que Guerreira não se refira a um corpo inscrito na binaridade, mas sim naquela precariedade constitutiva de todo corpo, aquela topologia que se compartilha como pele, como processo a ser produzido. A desconstrução do que é considerado normal perturba a regularidade discursiva da objetificação do corpo trans* numa construção das “diferenças não diferentes”, que desafia toda uma rede de saber-poder do dispositivo escolar. Nesta perspectiva, a “diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas e essencializadas” pela sociedade (Silva, 2007, p. 73).

A gestão das diferenças é de algum modo uma imposição e um lugar de resistência nas estórias de Guerreira. Se “[...] questionar a identidade e a diferença como relações de poder é problematizar os binarismos ao redor dos quais são organizadas” (Silva, 2007, p. 88) e se nesse processo de problematização das diferenças, a visão social é apresentada como um mecanismo que perpetua o normal, o aceitável, modelado por aqueles que detêm o poder (Bourdieu, 2001), Guerreira solicita um outro espaço:

Ah, as diferenças. Conheci amores e desamores. Eu era muito nova na época [da escola], era tudo uma descoberta. Ficava pensando, acho aquele menino muito

bonito, e aquela menina também, mas aquele menino me atrai. São essas descobertas, aqueles namoros inocentes, aqueles romances em que se acha que é uma princesa. Mas na realidade, o que as pessoas viam era um príncipe. Mas para nós, que somos [mulher] transexual, somos princesas.

A estória de Guerreira pede outros fios, uma invenção de si demandada pela própria condição de minorizada. Vejamos Deleuze e Guattari (1995 [1980]): assim como uma língua minoritária não pode acontecer a partir de uma língua majoritária, ela tem a palavra de ordem, a norma, como condição de aparecimento material disjuntivo. Essa possibilidade de desconstrução do que é tido como “verdadeiro” nesse processo de corporificação específico, cria na estória uma possibilidade de invenção recorrente, apesar e com os dispositivos.

No caso de Guerreira, sua narrativa de resistência revela um constante tensionamento entre a imposição de normas de gênero e a criação de um espaço próprio de existência, num processo contínuo de territorialização dos seus ditos a partir de um processo de desterritorialização de sua identidade. Nesse processo, observamos a complexidade de se trabalhar conceitos como a identidades trans*.

Dessa perspectiva de uma heterotopia, a estória de Guerreira parece solicitar nos alerta sobre suas descobertas no período escolar:

Não foi fácil. Descobri que não era igual aos meninos que jogavam bola; eu queria pular corda. Sofri muito preconceito dos professores e diretores. A única professora que não tinha preconceito era #####; ##### e ##### eram tranquilas. As outras diziam que as máscaras de carnaval iam cair. E isso me remete à época da batucada, no carnaval, quando não podíamos usar a máscara da Mulher-Gato, porque não éramos mulheres. Os meninos esperavam a gente do lado de fora para zombar. E foi difícil... Não sofri violência física, mas a violência psicológica, essa machuca muito mais. E ninguém faz nada. Achem que não somos iguais a eles, sabe?

Essas descobertas, recorrências e a violência disfarçada nas palavras de Guerreira nos fazem refletir sobre a escola, novamente, uma estrutura estruturada e estruturante (Bourdieu, 2001), que permite a repressão de corpos e sua docilização de maneira silenciosa. O poder disciplinar da escola age não por imposição agressiva, mas é entendido como parte de uma rede de poderes que desmobilizam e disseminam um regime de olhares que anulam o desejo de verdade de Guerreira. Porém, novamente evocando um espaço-outro, uma espécie de futuridade construída com o seu corpo e suas vivências, e entendendo a complexidade da profissão docente, Guerreira (grifos nossos), durante a entrevista, faz um apelo aos professores:

O que eu vivi na escola é prova de resistência. Os professores precisam aprender a ouvir e entender as pessoas trans, porque muitas vezes acham que estamos apenas

provocando. Precisam se colocar no nosso lugar e ver que o nosso lugar não é de inferioridade. Afinal, todos somos humanos.

Guerreira, ao longo da entrevista, enfatiza a importância do entendimento mútuo e do respeito entre professores e alunos, sobretudo quando se trata de questões de gênero e sexualidade – o que ela viveu é o resultado de um processo de desumanização pela inviabilização na linguagem: professores não escutam e não entendem. Diante das violências e do silenciamento, do funcionamento precário que viveu em seu corpo, suas estórias evocam essas apostas na futuridade se fazem, o que é mais importante, segundo a ordem do que viveu, de seu esforço por recontar uma estória em que a humanidade, de algum modo, seja-lhe

[...] eu acho que eles deveriam olhar mais pela gente, e olhar a gente, coisas que eles não olham. [Os professores precisam ter] um olhar voltado a nós, um olhar mais voltado a nós, entender nossas necessidades, o que nós passamos dentro de casa, na rua e infelizmente, infelizmente, infelizmente, o que passamos dentro da escola, é isso que eu queria ser olhada mais como humana, porque de crítica já estamos cheias;

Ao observarmos o recorte acima e o aproximarmos dos debates de Carneiro (2023) e Butler (2023), podemos notar a sistematização de um "não-ser" a partir da imagem que Guerreira representa de si mesma dentro do ambiente escolar. Nesse panorama, é imperativo apontarmos a insistência da visibilidade procurada por Guerreira. Esse movimento sublinha a necessidade de olharmos além da posição de sujeito que ela possa ocupar, para compreendê-la como um corpo preñado de significação, que é continuamente modulado e reformulado com bases (in)determinadas performances que ocupa.

Na proposta de Guerreira, o cuidado dos corpos, como uma estética da existência trans*, preta e sudaca desafia um sistema que estrutura e produz identidades de maneira normatizada. Reformar esse sistema de governo dos corpos (Foucault, 2007) implica subverter as normatividades de gênero e emancipar as identidades dos sujeitos, algo que a sociedade, infelizmente, resiste em aceitar – como já apontado por ela. Em linhas menores, a narrativa de Guerreira nos faz caminhar em direção a outros arranjos e estratégias deste dispositivo escolar do interior do Brasil, no qual a escola deverá se adaptar às necessidades dos sujeitos que a constituem, preocupando-se não apenas com a lógica do capital humano e da produção (Gadelha Costa, 2009), mas também com uma estrutura mais complexa que permita que outras corporalidades existam – como “humanas”.

A visão, aqui abordado com um sonho de Guerreira, até a ela parece quase que impossível, pois quando confrontada em voltar ao ambiente escolar, argumenta

Aí, sabe o que eu penso voltar pra escola eu não voltaria. Eu queria mesmo é ser uma atendente, entendeu? De alguma coisa assim, pública, que vai muita gente, que mostre que eu estou existente, mas a gente nem tem condições disso aqui na cidade é, né (suspiro) pra ter autoestima com o trabalho e mostrar que existo.

É essa existência pública como “escândalo de uma verdade” (Foucault, 2011) que, parece produzir efeitos não apenas para Guerreira, mas para aquele dispositivo que pretendeu normalizá-la.

“Sabe, é isso que eu acho”: a problemática de uma conclusão

Neste estudo, buscamos explorar a complexidade dos debates sobre a subjetividade trans*, a partir das interseções entre o dispositivo da sexualidade, os processos de biopolítica de grupos minorizados, a performance de gênero dentro das categorias não-binárias, entre outros conceitos derivados de uma escuta atenta às narrativas de pessoas que relembram seu processo de imersão no ambiente escolar. Para a realização da pesquisa, conduzimos conversas com Guerreira, uma mulher trans*, negra e periférica, destacando como o ambiente escolar pode funcionar como um espaço que reproduz normatividades e marginaliza identidades racializadas e de gênero.

Ancorados numa investigação do material-discursivo, fizemos notar que as estórias de Guerreira mostram que as dinâmicas de resistência e invenção de si refletem se dão no interior de dispositivos educacionais de segurança e normalização que, porém, podem atuar tanto como espaços de opressão quanto de transformação. É possível perceber que o ambiente escolar perpetua práticas discursivas e não-discursivas que reforçam padrões históricos de normalidade e anormalidade, conforme discutido por Foucault (1988, 2001). Além disso, a escola é um microcosmos que reflete a lógica de práticas materiais e sociais em nossa sociedade, amplificadas pela governamentalidade neoliberal-cristã contemporânea, que sustenta estratégias que marginalizam corpos dissidentes e reforçam a exclusão de minorias raciais e de gênero.

As narrativas de Guerreira ilustram as múltiplas formas de violência e exclusão enfrentadas no ambiente escolar, destacando a necessidade de reconfigurar práticas pedagógicas e institucionais. Técnicas de "cuidado de si", propostas por Foucault (2004), emergem como estratégias potenciais para que indivíduos reivindiquem suas subjetividades e resistam às normatividades opressivas.

Enfim, os encaminhamentos deste estudo sublinham a urgência de redefinição dos projetos pedagógicos e das práticas docentes, tornando-os mais inclusivos e representativos da diversidade de corpos e identidades. A subjetividade sublinhada por sujeitas como Guerreira refletem uma resistência contínua contra a marginalização, celebrando as subjetividades dissidentes.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022 [1969].

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In: BUZATTO, M. K.; SEVERO, C. G. **Cosmopolítica e linguagem**. Campinas: Letraria, 2023, p. 73-95. Disponível em: https://www.academia.edu/104568174/CAP%C3%8DTULO_Proleg%C3%B4menos_a_uma_an%C3%A1lise_neomaterialista_dos_discursos. Acesso em: 20 ago. 2023.

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M.; SILVA, B. F. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil. **Calidoscopio**, São Leopoldo, v. 20, p. 323-350, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/24588>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Tradução Thereza Rocha. **Vazantes**, v. 1, n. 1, 2017.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BIROLI, F.; VAGGIONE, R. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 20. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BOURCIER, S. **Homo Incorporated: o triângulo e o unicórnio que peida**. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: n-1, 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1edições, 2019.

CAMOZZATO, N. M. **Vozes gênero-dissonantes**: uma cartografia pós-humanista. 257f. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAR, M. R.; SANTOS, D. B. C. dos.; DA SILVA, A. Narrativas trans: docência e prostituição. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 4, n. 11, p. 573-589, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n11.p573-589>

COWAN, B. A. ‘Nosso terreno’: crise moral, política evangélica e formação da “nova direita” brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100006>

CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 20 de novembro de 1923 – Postulados da Linguística. In: **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 2. Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1995 [1980].

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio Daniel Defert. São Paulo: Edições n-1, 2013.

GADELHA COSTA, S. S. Governamentalidade neoliberal: teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALBERSTAM, J. **Trans***: uma guia rápida y peculiar de la variabilidade de género. Barceloma, Madrid: Egales, 2017.

HARAWAY, D. J. **When Species Meet**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2008.

IOTTI, P. STF erra gravemente ao não julgar o direito de mulheres trans usarem o banheiro feminino... **Carta Capital**, on-line, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/stf-erra-gravemente-ao-evitar-julgar-o-direito-de-pessoas-trans-a-usarem-o-banheiro-conforme-seu-genero/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LEMKE, T. Material-Discursive Entanglements Grasping the Concept of the Dispositive. In: LEMKE, Thomas. **The Government of Things: Foucault and the New Materialisms**, New York University Press, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18574/nyu/9781479808816.001.0001>

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1, 2020.

MENIN, Assis Felipe. **Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”?** O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina. 2023. Tese (Doutorado) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **Nem ao centro, nem à margem!** corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, B. H. M. **Relações de Saber-Poder dos/nos corpos LGBT no Processo Seletivo do COMLGBT na Câmara Municipal de Goiânia-GO**. 127f. 2022. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) - Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

PENNYCOOK, A. **Linguística Aplicada Pós-Humanista**. Campinas: Pontes, 2024. [no prelo].

PROSSER, J. Judith Butler: queer feminism, transgender and the transubstantiation of sex. In: STRYQUER, S.; WHITLLE, S. (eds.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006, p. 257-280.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora da UNICAMP, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788526814691>

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

Recebido em: 7 de agosto de 2024
Aceito em: 5 de dezembro de 2024